

---

# PLANO DE DADOS ABERTOS

## janeiro 2023 a dezembro 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA - IBICT

Brasília, novembro de 2022

---

## **Apresentação**

A Política de Dados Abertos do poder executivo federal, instituída pelo Decreto nº 8.777 de 11 de maio de 2016, tem por objetivo, entre outros, promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional como dados abertos e informações acessíveis ao público, visando o aprimoramento da cultura de transparência pública.

Este documento apresenta o planejamento institucional do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) com a finalidade de permitir, à sociedade, o acesso e a divulgação, em formato aberto, através da internet, de dados públicos produzidos ou formatados no Instituto.

O Plano de Dados Abertos (PDA) tem periodicidade bienal e foi elaborado por uma comissão instituída pela Diretoria do IBICT, através da Portaria nº 91 de 25 de maio de 2022, composta por servidores da casa.

Os dados a serem disponibilizados serão selecionados considerando o grau de demanda, a relevância das informações para o cidadão, as disposições legais e regulamentares e o alinhamento com os seguintes instrumentos de gestão: Plano Diretor da Unidade (PDU), Termo de Compromisso de Gestão (TGC) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

---

## **1. Introdução**

O IBICT, por meio do seu PDA, biênio 2023-2024, estabelece sua estratégia para a abertura de dados a serem publicados no seu sítio eletrônico e no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Este documento representa um marco de valorização da transparência e contempla os procedimentos a serem observados pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com o fim de garantir o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal, e nos procedimentos previstos nas leis nº 12.537, de 18 de novembro de 2011, e nº 12.965, de 23 de abril de 2014, no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e na Resolução CGINDA nº 3, de 13 de outubro de 2017.

### **1.1 Cenário Institucional**

O IBICT é uma Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), como disposto no Decreto nº 8.877 de 18 de outubro de 2016, com a missão de promover a competência e o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico. É um centro de referência em pesquisa, documentação, prospecção, análise, tratamento, preservação e disseminação da informação científica, tecnológica e de inovação no Brasil.

Devido à natureza transversal da informação – isto é, estar presente em todas as áreas do saber –, o público-alvo do IBICT é bastante diversificado. São pesquisadores, professores, estudantes de diferentes níveis, editores científicos, agentes da indústria, micro e pequenos empresários, bibliotecas públicas e a sociedade em geral, que encontram nos acervos digitais do IBICT informações de seu interesse.

Para atender a essa diversidade, o IBICT, há mais de 65 anos atuando no campo da ciência da informação, realiza pesquisas, capacita estudantes e profissionais, forma especialistas, mestres e doutores, oferece serviços especializados e elabora e executa projetos em parceria com

---

universidades, instituições de pesquisa, organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas.

Esse conjunto de ações reflete o cumprimento da missão do IBICT e se fundamenta em quatro grandes pilares: preservação da memória do patrimônio científico, tecnológico e de inovação brasileiro; criação de condições para o aumento da produção científica e sua visibilidade em nível nacional e internacional; promoção do acesso amplo e livre à informação científica e tecnológica; e a inserção de cidadãos na sociedade da informação.

Para executar sua missão institucional, o Instituto possui estrutura organizacional definida pela Portaria Ministerial/MCTIC nº 5.147 de 14 de novembro de 2016, alterada pela Portaria nº 5.705 de 5 de novembro de 2017, possuindo ainda um órgão colegiado, o Conselho Técnico Científico (CTC), com função de orientação e de assessoramento ao diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do IBICT.

## **1.2 Plano Diretor da Unidade (PDU)**

O Plano Diretor do IBICT é uma ferramenta de gestão que além de traçar diretrizes que buscam manter e ampliar as pesquisas e o desenvolvimento de produtos e serviços alinhados com as prioridades definidas pelo governo federal, descritas no Plano Plurianual (PPA), tem por finalidade definir os rumos e estratégias do IBICT por um período de 5 anos.

No PDU 2018–2023 as Diretrizes Institucionais são traduzidas em metas e objetivos estabelecidos em consonância com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI).

---

### **1.3 Termo de Compromisso de Gestão (TCG)**

O TCG é um instrumento firmado entre o MCTI e suas Unidades de Pesquisa, visando ao estabelecimento de metas de desempenho anual. A promoção, o acompanhamento e a avaliação da sua execução estão a cargo da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais (DPO) do MCTI, conforme disposto no art. 8º do Anexo I do Decreto nº 8.877 de 18/10/2016. No TCG estão definidas as metas a serem alcançadas pelo IBICT no seu período de vigência. O quadro de indicadores e as diretrizes de ação do PDU também integram o TCG.

### **1.4 Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

O PDTI é um instrumento de Planejamento Estratégico de TI a ser utilizado no âmbito da administração pública federal (APF). Segundo a IN SLTI/MPOG 04/2010, é um “instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período”.

O propósito deste documento é descrever o planejamento sobre os recursos e atividades a serem realizadas com o objetivo de atingir as metas estabelecidas para um determinado período. As informações concernentes a necessidades de informações, equipamentos, software e serviços relacionados à tecnologia da informação devem proceder de levantamentos e de um inventário das necessidades documentadas no Levantamento de Necessidades de Tecnologia e Segurança da Informação (LNIS).

## **2. Objetivo Geral**

Promover, ampliar e aprimorar a abertura de dados do IBICT, garantindo os princípios da publicidade, transparência, eficiência e eficácia na administração pública, com o compromisso de divulgação permanente e atualizada de dados de interesse público, produzidos nas diversas ações

---

realizadas pelo Instituto, bem como facilitar o intercâmbio de dados com outros órgãos e entidades governamentais para melhoria da gestão pública.

Os dados disponibilizados pelo IBICT, assim como qualquer informação de transparência ativa, serão de livre utilização pelo governo federal e pela sociedade.

## **2.1 Objetivos Específicos**

- ✓ Identificar e priorizar os dados em formatos abertos para divulgação;
- ✓ Disponibilizar os dados em formatos abertos de maneira progressiva e atualizada;
- ✓ Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados, descrevendo-os, via catalogação, de modo completo, objetivo e claro;
- ✓ Facilitar o acesso aos dados abertos divulgados;
- ✓ Melhorar a gestão de dados e informação do Instituto;
- ✓ Estimular o desenvolvimento de soluções em TI baseadas no uso de dados publicados;
- ✓ Estimular a interoperabilidade de dados e sistemas governamentais através da publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos;
- ✓ Incrementar o processo de transparência e de acesso às informações públicas;
- ✓ Fomentar a produção de conhecimento e a gestão pública participativa, a partir da utilização dos dados abertos pela sociedade civil.

## **3. Definição dos Dados a Serem Abertos**

Serão divulgados, de forma permanente, os dados de interesse público, organizados e gerados nos diversos setores da instituição, considerando os princípios de legalidade, transparência, economicidade, eficiência e eficácia.

A abertura dos dados levará em conta os seguintes critérios de seleção:

- ✓ Grau de relevância da informação para o cidadão, considerando as demandas recepcionadas via e-SIC, bem como os setores e serviços do IBICT mais procurados na página eletrônica;

- ✓ Grau de relevância social e/ou institucional da informação e bases de dados considerando o alinhamento dos objetivos, diretrizes e metas contidos no PDU, TCG e PDTI do IBICT;
- ✓ Os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo IBICT, inclusive perante organismos internacionais – *Open Government Partnership* (OGP);
- ✓ O conjunto de informações e sistemas sob a gestão do IBICT que são de uso obrigatório transversal no governo federal.

### 3.1. Bases de Dados Seleccionadas para Abertura

Nº	Base	Descrição
01	Ações de Cooperação Técnica	Informações sobre ações de Cooperação Técnica firmadas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
02	Bolsas	Informações sobre beneficiários de bolsas do Programa de Capacitação Institucional PCI, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC e das Fundações de Apoio à Pesquisa, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.
03	Contratos e Convênios	Informações sobre contratos e convênios firmados pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.
04	Grupos de Pesquisa	Informações relativas aos grupos de pesquisa desenvolvidos no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
05	Licitações	Informações sobre Licitações realizadas no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
06	Patrimônio	Informações relacionadas ao Patrimônio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
07	Pessoas	Informações referentes aos servidores e prestadores de serviços do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.
08	Portarias	Informações sobre Portarias publicadas no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.
09	Produtos e Serviços	Informações sobre os Produtos e Serviços oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.
10	Projetos de Pesquisa	Informações sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
11	Ensino	Informações referentes aos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). O PPGCI é desenvolvido em associação ampla entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
12	Viagens Internacionais	Informações referentes a afastamentos de servidores para missão no exterior, e viagens internacionais de bolsista, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.
13	Viagens Nacionais	Informações referentes a concessão de diárias a servidores para viagens no país, e viagens nacionais de bolsistas, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

### 3.2. Cronograma de Abertura das Bases de Dados

Nome da base de dados	Descrição da base	Unidade e contato do responsável pela base	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
Ações de Cooperação Técnica	Informações sobre ações de Cooperação Técnica firmadas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	COPAV (Cooperações Internacionais)  SERIN (Cooperações Internacionais)	Mensal	Janeiro/2023
Bolsas	Informações sobre beneficiários de bolsas do Programa de Capacitação Institucional PCI, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC e das Fundações de Apoio à Pesquisa, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.	COPAV (Bolsistas PCI)  COEPE (Bolsistas PIBIC)  COORDENAÇÃO DE PROJETO (Bolsistas Fundação de Apoio)	Mensal	Janeiro/2023
Contratos e Convênios	Informações sobre contratos e convênios firmados pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.	Coordenação de projeto (Contratos firmados com Fundações de Apoio)  DIAPA (Contratos Administrativos)	Mensal	Janeiro/2023
Grupos de Pesquisa	Informações relativas aos grupos de pesquisa desenvolvidos no	DINOV	Mensal	Janeiro/2023



	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT			
Licitações	Informações sobre Licitações realizadas no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	DIMPA	Mensal	Janeiro/2023
Patrimônio	Informações relacionadas ao Patrimônio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	DIMPA	Mensal	Janeiro/2023
Pessoas	Informações referentes aos servidores e prestadores de serviços do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.	DIRHU (Servidores) DIAPA (Terceirizados)	Mensal	Janeiro/2023
Portarias	Informações sobre Portarias publicadas no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.	DIRETORIA	Mensal	Janeiro/2023
Produtos e Serviços	Informações sobre os Produtos e Serviços oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em	DICOM	Semestral	Janeiro/2023

	Ciência e Tecnologia – IBICT.			
Projetos de Pesquisa	Informações sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	CGNP/CGPC/CGTI/COEPE	Mensal	Janeiro/2023
Ensino	Informações referentes aos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). O PPGCI é desenvolvido em associação ampla entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	COEPE	Semestral	Janeiro/2023
Viagens Internacionais	Informações referentes a afastamentos de servidores para missão no exterior, e viagens internacionais de bolsista, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e	DIRETORIA (servidores) Coordenação de projeto (Bolsistas)	Mensal	Janeiro/2023

	Tecnologia – IBICT.			
Viagens Nacionais	Informações referentes a concessão de diárias a servidores para viagens no país, e viagens nacionais de bolsistas, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.	DIRETORIA, CGNP, CGPC, CGTI e COEPE (servidores)  Coordenação de projeto (Bolsistas)	Mensal	10/02/2023

### 3.3. Cronograma de mecanismos para promoção e fomento

Nome da ação	Descrição da ação	Mês/ano da realização	Unidade, nome e contato do Responsável
Publicação de notícias	Publicação de notícias no Portal e redes sociais do órgão descrevendo o conteúdo das bases catalogadas.	Janeiro/2023	Daniele Cunha DICOM dicom@ibict.gov
Publicação de notícias	Publicação de notícias no Portal e redes sociais do órgão informando a abertura de consulta pública.	31/08/2024	Daniele Cunha DICOM dicom@ibict.gov

## 4. Construção e Execução do PDA

A abertura dos dados do IBICT será feita em conformidade com as seguintes ações e etapas:

1. Definição de plano de ação com metas e prazos para elaboração do PDA e abertura de bases;

- 
2. Levantamento do inventário de dados do IBICT;
  3. Identificação dos dados publicáveis;
  4. Definição dos dados a serem abertos durante a vigência do PDA, conforme o resultado da matriz de priorização, adotando, minimamente, os critérios listados no Art.1º da Resolução nº 3/2017, do CGINDA;
  5. Definição de responsáveis pelo preparo, inserção e atualização dos dados selecionados para serem abertos, bem como consolidação da matriz de responsabilidades e governança;
  6. Definição de cronograma de abertura de bases com bases e prazos definidos;
  7. Consulta pública objetivando a participação da sociedade na construção do PDA (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/plano-de-dados-abertos-do-ibict-novembro-2022-a-outubro-2023>); e
  8. Publicação dos dados, observando-se o uso de URL fixa, nomenclatura idêntica ao exposto no PDA e obediência ao cronograma de abertura.

#### **4.1. Mecanismos de participação social para a priorização de abertura de bases**

Com o intuito de assegurar a participação popular no processo de construção deste PDA, foi aberta consulta pública, durante trinta dias, na Plataforma Participa + Brasil.

### **5. Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos**

Os dados considerados relevantes para a sociedade deverão ser publicados no formato disponível, informando à sociedade se houver limitações na qualidade destes e o prazo para futuros acertos.

### **6. Governança**

O Plano de Dados Abertos para o biênio 2023-2024 será conduzido no IBICT de maneira colaborativa, envolvendo todos os setores afetados e considerando os princípios de publicidade e da transparência na administração pública.

Terá, *a priori*, a seguinte estrutura de responsabilidades:

- 
- ✓ Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (COPAV) - responsável por orientar os setores do IBICT, monitorar o cumprimento das normas e elaboração e implementação do PDA, de modo eficiente e adequado, além de divulgar interna e externamente o conjunto de dados;
  - ✓ Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (COPAV), em conjunto com a Coordenação de Administração (COADM) e a Coordenação Geral de Tecnologias da Informação e Informática (CGTI) – responsáveis pela elaboração do cronograma de atividades, assim como por viabilizar tecnicamente a disponibilização de dados;
  - ✓ Coordenação Geral de Tecnologias da Informação e Informática (CGTI) – responsável por buscar parcerias e novas tecnologias que visem ao compartilhamento de dados na administração pública;

Os demais setores do IBICT serão responsáveis por fornecer dados que alimentarão o portal de dados abertos do instituto e do governo federal, que podem ser acessados nos sítios: <http://www.ibict.br>, <http://dados.ibict.br> e <http://dados.gov.br>.

---

## **7. Monitoramento e Controle**

Além do disposto no § 4º do art.5º do Decreto nº 8.777/2016, a autoridade designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação), no âmbito do IBICT, terá a atribuição de orientar os setores responsáveis pelo desenvolvimento de rotinas para fornecer dados que alimentarão o portal. Este PDA terá vigência de dois anos, a contar de sua aprovação e publicação no *site* do instituto.

## **8. Comunicação**

A institucionalização do PDA, sua governança e revisões serão amplamente comunicadas ao IBICT e à sociedade através do seu *site*, levando-se em conta os interesses dos diferentes segmentos públicos, tais como: servidores públicos, usuários dos dados, imprensa, sociedade organizada e cidadão comum.

O principal objetivo deste plano é dar publicidade às ações do poder público, estabelecendo canais de comunicação onde o cidadão poderá interagir com o Instituto para tratar de problemas técnicos ou inconsistências nos dados publicados, o que será encaminhado à área responsável para resposta e solução.

## 9. Plano de Ação

O Plano de Ação apresenta as ações e os prazos para implantação e sustentação do PDA do IBICT. Os prazos definidos neste plano estão de acordo com o Decreto 8.777, de 11 de maio de 2016, e foram acordados com todos os envolvidos no processo.

### 9.1. Cronograma de elaboração e sustentação do PDA

Ações	Responsáveis	Prazo/Meta
Aprovar e publicar PDA 2023-2024	Diretoria	30/12/2022
Publicar o relatório anual de execução	Diretoria/COPAV	31/01/2024
Designar comissão para elaboração do PDA 2025-2026	Diretoria	31/07/2024
Elaboração do PDA 2025-2026	Comissão	31/08/2024
Abrir consulta pública (PDA 2025-2026)	Diretoria/COPAV	30/09/2024
Envio do PDA 2025-2026 para o Comitê de Governança Digital do MCTI	Diretoria/COPAV	30/10/2024
Aprovar e publicar PDA 2025-2026	Diretoria	30/12/2024
Conclusão do PDA 2023-2024	Diretoria/COPAV	31/12/2024

## 10. RELAÇÃO DAS BASES DE DADOS CONTIDAS NO INVENTÁRIO E CATÁLOGO CORPORATIVO DO IBICT (janeiro/2023 a dezembro/2024)

Nome da base	Descrição	Conjunto de dados	Disponível em dado s.gov. br? (sim/não)	Data de publicação	Periodicidade	Setor Responsável
Ações de Cooperação Técnica	Informações sobre ações de Cooperação Técnica firmados pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	Ações de Cooperação Técnica Nacional	Sim	07/11/2017	Mensal	COPAV
		Ações de Cooperação Técnica Internacional	Sim	07/11/2017	Mensal	SERIN
Bolsas	Informações sobre beneficiários de bolsas do Programa de Capacitação Institucional PCI, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC e das Fundações de Apoio à Pesquisa, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.	Bolsistas Vinculados a Projetos com Fundação de Apoio	Sim	18/07/2017	Mensal	Coordenação de Projeto
		Bolsistas do Programa de Capacitação Institucional - PCI/IBICT	Sim	04/07/2017	Mensal	COPAV
		Bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/IBICT	Sim	03/10/2017	Mensal	COEPE
Contratos e Convênios	Informações sobre contratos e convênios firmados pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.	Contratos firmados com Fundações de Apoio	Sim	02/04/2019	Mensal	Coordenação de Projeto
		Contratos firmados através do Projeto 914BRA2015 (IBICT/UNESCO)	Sim	13/05/2019	Única	COPAV



		Contratos firmados através do Projeto 914BRZ2005 (IBICT/UNESCO)	Sim	05/07/2017	Mensal	COPAV
		Contratos Diversos	Sim	20/07/2017	Mensal	DIAPA
Grupos de Pesquisa	Informações relativas aos grupos de pesquisa desenvolvidos no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	Relação dos grupos de Pesquisa	Sim	14/05/2018	Mensal	DINOV
Licitações	Informações sobre Licitações realizadas no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	Licitações Realizadas em 2021	Sim	30/09/2022 <sub>1</sub>	Mensal	DIMPA
		Licitações Realizadas em 2021	Sim	02/06/2022	Mensal	DIMPA
		Licitações Realizadas em 2020	Sim	24/04/2020	Mensal	DIMPA
		Licitações Realizadas em 2019	Sim	02/04/2019	Mensal	DIMPA
		Licitações Realizadas em 2018	Sim	16/04/2018	Mensal	DIMPA
		Licitações Realizadas em 2017	Sim	04/07/2017	Mensal	DIMPA
		Licitações Realizadas em 2016	Sim	04/07/2017	Mensal	DIMPA
Patrimônio	Informações relacionadas ao Patrimônio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	Material de Consumo	Sim	07/07/2017	Mensal	DIMPA
		Depreciação Patrimonial dos Bens Móveis	Sim	29/08/2018	Mensal	DIMPA
		Relatório de Movimentação do Almoxarifado	Sim	06/07/2017	Mensal	DIMPA
Pessoas	Informações referentes aos servidores e	Aposentados	Sim	04/07/2017	Mensal	DIRHU
		Avaliação de Estágio	Sim	07/07/2017	Mensal	DIRHU

	prestadores de serviços do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.	Probatório de Servidores				
		Cargos Comissionados e Funções Gratificadas	Sim	04/07/2017	Mensal	DIRHU
		Desempenho de Servidores	Sim	07/07/2017	Mensal	DIRHU
		Pensionistas	Sim	07/07/2017	Mensal	DIRHU
		Pessoal Terceirizado	Sim	20/07/2017	Mensal	DIAPA
		Servidores Cedidos	Sim	24/01/2018	Mensal	DIRHU
		Servidores em Capacitação	Sim	24/01/2018	Mensal	DIRHU
Portarias	Informações sobre Portarias publicadas no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.	Portarias 2022	Sim	14/02/2022	Mensal	DIRETORIA
		Portarias 2021	Sim	13/01/2021	Mensal	DIRETORIA
		Portarias 2020	Sim	18/02/2020	Mensal	DIRETORIA
		Portarias 2019	Sim	09/04/2019	Mensal	DIRETORIA
		Portarias 2018	Sim	19/04/2018	Mensal	DIRETORIA
		Portarias 2017	Sim	17/07/2017	Mensal	DIRETORIA
Produtos e Serviços	Informações sobre os Produtos e Serviços oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.	Produtos e Serviços	Sim	04/09/2017	Semestral	DICOM
Projetos de Pesquisa	Informações sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	Projetos de Pesquisa do IBICT	Sim	07/12/2017	Mensal	CGNP/CGPC/CGTI/COEPE
		Supervisão de Pós-Doutorado	Sim	24/05/2018	Semestral	COEPE
Ensino	Informações referentes aos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Informação da Informação (PPGCI). O PPGCI é desenvolvido em associação ampla entre o Instituto Brasileiro de	Mestrado	Sim	09/04/2018	09/04/2018	COEPE
		Doutorado	Sim	09/04/2018	Semestral	COEPE

	Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)					
Viagens Internacionais	Informações referentes a afastamentos de servidores para missão no exterior, e viagens internacionais de bolsista, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.	Afastamentos de servidores para missão no exterior (2017-atual)	Sim	17/07/2019	Mensal	DIRETORIA
		Viagens internacionais de bolsistas (2018-atual)	Sim	17/07/2019	Mensal	Coordenação de projeto
Viagens Nacionais	Informações referentes a concessão de diárias a servidores para viagens no país, e viagens nacionais de bolsistas, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.	Viagens nacionais de servidores	Não	10/02/2023	Mensal	Coordenação de projeto
		Viagens nacionais de bolsistas	Não	10/02/2023	Mensal	Coordenação de projeto

---

## 10. Glossário

Os termos a seguir referem-se às definições apresentadas no Plano de Ação da INDA.

**Dado:** sequência de símbolos ou de valores representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos de natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos a partir de representações formais e apresentados de maneira direta ou indireta à consciência. Aquilo que serve de base ou de pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS, 20013; SETZER, 20014).

**Dados abertos:** dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, seu consumo ou cruzamento.

**Dado público:** qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha seu acesso restrito por legislação específica.

**e-PING:** padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamenta a utilização da tecnologia de informação e comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de governo eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais poderes e as esferas de governo e com a sociedade em geral.

**Formato aberto:** formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou de qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

**Informação:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. A informação é gerada a partir

de algum tratamento ou processamento de dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (MACHADO, 20025; SETZER, 2001).

**Licença aberta:** acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, reutilize e redistribua, estando sujeito, no máximo, à exigência de creditar sua autoria e compartilhar da mesma licença.

**Metadado:** informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

## 11. Referências

NOME	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
<b>LEGISLAÇÃO</b>		
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm</a>
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Transparência)	Determina ao poder público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm</a>
Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm</a>

Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação – LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm</a>
1º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto	Instituído pelo Decreto s/nº de 15 de setembro de 2011, promove ações e medidas que visem ao incremento da transparência e do acesso à informação pública, à melhoria na prestação de serviços públicos e ao fortalecimento da integridade pública.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm</a>
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm</a>
Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018	Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm</a>
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	Lei Geral de proteção de Dados Pessoais (LGPD)	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709</a>
Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019	Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e dispõe sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm</a>

Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019	Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm</a>
Decreto nº 10.160, de 9 de Dezembro de 2019	Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto	<a href="http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10160.htm">http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10160.htm</a>
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10332.htm#art14">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10332.htm#art14</a>
<b>DEMAIS DOCUMENTOS</b>		
Princípios FAIR	Em 2016, os 'Princípios Orientadores FAIR para gerenciamento e administração de dados científicos' foram publicados na Scientific Data. Os autores pretendiam fornecer diretrizes para melhorar a Localidade, Acessibilidade, Interoperabilidade e Reutilização de ativos digitais. Os princípios enfatizam a capacidade de ação da máquina (ou seja, a capacidade dos sistemas computacionais de encontrar, acessar, interoperar e reutilizar dados com nenhuma ou mínima intervenção humana) porque os humanos dependem cada vez mais de suporte computacional para lidar com dados como resultado do aumento do volume, complexidade e velocidade de criação de dados.	<a href="https://www.go-fair.org/fair-principles/">https://www.go-fair.org/fair-principles/</a>
Kit para Dados de Abertos	Descreve os passos a serem executados na criação de um PDA.	<a href="https://kit.dados.gov.br/Execução-do-PDA/">https://kit.dados.gov.br/Execução-do-PDA/</a>

Livro de receitas de dados vinculados - Wiki do grupo de trabalho de dados vinculados ao governo (GLD)	Livro de receitas para dados vinculados ao governo aberto	<a href="https://www.w3.org/2011/gld/wiki/Linked_Data_Cookbook">https://www.w3.org/2011/gld/wiki/Linked Data Cookbook</a>
Portaria nº 3, de 7 de maio de 2007	Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG.	<a href="https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/portaria3_eMAG.pdf/view">https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/portaria3_eMAG.pdf/view</a>
Declaração de Governo Aberto, setembro de 2011	Declaração de Governo Aberto realizada pela Open Government Partnership	<a href="https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf">https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf</a>
Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012 (INDA)	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo federal.	<a href="https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital">https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital</a>
Resolução CGINDA nº 3, de 13 de outubro 2017	Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.	<a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/10/2017&amp;jornal=1&amp;pagina=55&amp;totalArquivos=132">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/10/2017&amp;jornal=1&amp;pagina=55&amp;totalArquivos=132</a>
Portal Brasileiro de Dados Abertos	É a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas.	<a href="http://dados.gov.br">http://dados.gov.br</a>



Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePING	A interoperabilidade pode ser entendida como uma característica que se refere à capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar) de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz e eficiente.	<a href="http://eping.governoeletronico.gov.br/#apresentacao">http://eping.governoeletronico.gov.br/#apresentacao</a>
Guia de Abertura de Dados da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Documento que pretende contextualizar e orientar as instituições detentoras de dados públicos no processo de disponibilização desses dados de acordo com os princípios de dados abertos.	<a href="https://wiki.dados.gov.br/produto-gt1-guia-de-abertura-de-dados.ashx">https://wiki.dados.gov.br/produto-gt1-guia-de-abertura-de-dados.ashx</a>
Arquitetura Técnica Referencial	Documento que tem por objetivo servir como referência para implementação de soluções para disponibilização de dados na Internet seguindo os princípios de dados abertos	<a href="https://wiki.dados.gov.br/">https://wiki.dados.gov.br/</a>
Cartilha para publicação de dados abertos	Documento que objetiva o estabelecimento de diretrizes para que os dados públicos governamentais do Brasil constituam a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, contribuindo para a democratização do acesso à informação na sociedade. As diretrizes compreendem requisitos mínimos para que uma organização pública seja capaz de preparar os conjuntos de dados, implemente o processo de publicação destes na Internet e a sua catalogação no dados.gov.br.	<a href="http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/">http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/</a>
CIGA – Comitê Interministerial de Governo Aberto	Responsável por orientar a implementação e elaboração dos Planos de Ação do Brasil. O CIGA é composto por 18 ministérios e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.	<a href="http://www.cgu.gov.br/governoaberto/ciga.html">http://www.cgu.gov.br/governoaberto/ciga.html</a>
e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico	Conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de governo eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais	<a href="https://eping.governoeletronico.gov.br/">https://eping.governoeletronico.gov.br/</a>

	<p>poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.</p>	
<p>e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico</p>	<p>Conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.</p>	<p><a href="https://emag.governoeletronico.gov.br/">https://emag.governoeletronico.gov.br/</a></p>
<p>e-vog: vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico</p>	<p>Conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, a fim de viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo.</p>	<p><a href="https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/ferramentas">https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/ferramentas</a></p>
<p>VCGE - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico</p>	<p>O VCGE é um modelo esquemático para ser utilizado no elemento assunto.categoria (subject.category) do Padrão de Metadados do Governo Eletrônico. Objetiva tornar mais direta a apresentação dos serviços nos portais governamentais, que devem ter sua estrutura de diretório baseada nos indexadores do VCGE.</p>	<p><a href="https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/ferramentas">https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/ferramentas</a></p>

Portal da Transparência	No Portal da Transparência estão disponíveis informações sobre o Poder Executivo federal, tais como gastos diretos do governo federal, transferências de recursos a estados e municípios, convênios com pessoas físicas, jurídicas ou entes governamentais, previsão e arrecadação de receitas e servidores do governo federal.	<a href="http://www.transparencia.gov.br/">http://www.transparencia.gov.br/</a>
EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação	A EGTI é um instrumento de gestão do Sistema de Administração dos Recursos de tecnologia da informação (SISP), que traça a direção da tecnologia da informação (TI), além de subsidiar os órgãos do sistema na elaboração dos planejamentos de tecnologia da informação	<a href="https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/EGTIC.pdf">https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/EGTIC.pdf</a>
Plano de Ação da INDA	Determina a necessidade de os órgãos instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e institui os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão.	<a href="https://wiki.dados.gov.br/">https://wiki.dados.gov.br/</a>
INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de dados abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.	<a href="https://www.gov.br/governodigital/pt-br/dados-abertos/infraestrutura-nacional-de-dados-abertos">https://www.gov.br/governodigital/pt-br/dados-abertos/infraestrutura-nacional-de-dados-abertos</a>

Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)	O Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), criado no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Aberto (INDA), para formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação da INDA, como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade, e em especial pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações públicas. Gerir o desenvolvimento do plano de ação da INDA e dos produtos da Infraestrutura;	<a href="https://wiki.dados.gov.br/Comite-Gestor-da-INDA.ashx">https://wiki.dados.gov.br/Comite-Gestor-da-INDA.ashx</a>
INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais	Conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.	<a href="http://inde.gov.br/">http://inde.gov.br/</a>
Normas e Padrões da INDE	Inclui normas técnicas de cartografia, perfil de metadados geoespaciais no Brasil, entre outros itens.	<a href="https://www.inde.gov.br/NormasPadroes">https://www.inde.gov.br/NormasPadroes</a>
Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil	Trata de padrões de metadados geoespacializados no Brasil.	<a href="https://www.ibge.gov.br/geociencias/metodos-e-outros-documentos-de-referencia/normas/30717-perfil-de-metadados-geoespaciais-do-brasil.html?=&amp;t=publicacoes">https://www.ibge.gov.br/geociencias/metodos-e-outros-documentos-de-referencia/normas/30717-perfil-de-metadados-geoespaciais-do-brasil.html?=&amp;t=publicacoes</a>
OGP - Open Government Partnership	Iniciativa multilateral voluntária que busca melhorar o desempenho governamental, fomentar a participação cívica e melhorar a capacidade de resposta dos governos aos cidadãos por meio de abertura dos dados.	<a href="http://www.opengovpartnership.org/">http://www.opengovpartnership.org/</a>

Relatório de Avaliação do 1º Plano (OGP)	O relatório de progresso nacional avalia a implantação dos planos de ação e a evolução no cumprimento dos princípios de governo aberto, além de apresentar recomendações técnicas. O documento sobre o Brasil foi elaborado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.	<a href="https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46262">https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46262</a>
2º Plano de Ação - Parceria para Governo Aberto (OGP)	O Brasil lançou o segundo Plano de Ação Nacional para Governo Aberto no dia 7 de maio de 2013. Ao todo, foram assumidos 52 compromissos, por 17 órgãos do governo federal. O plano buscou fortalecer o comprometimento do país com temas como transparência dos atos governamentais, prevenção e combate à corrupção.	<a href="https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46273">https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46273</a>
Relatório de Avaliação do 2º Plano (OGP)	Este documento tem como objetivo apresentar esclarecimentos e informações acerca dos comentários e questionamentos apresentados pelos cidadãos que participaram da consulta pública referentes ao Relatório Final de Autoavaliação do 2º Plano de Ação Nacional, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP).	<a href="https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46247">https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46247</a>
3º Plano de Ação - Parceria para Governo Aberto (OGP)	O 3º Plano de Ação do Brasil, assumido pelo Brasil perante a Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP), é composto por 16 compromissos, os quais foram cocriados com o envolvimento de instituições da sociedade civil e do governo. O intuito do Plano é de fortalecer constantemente os princípios de transparência, participação cidadã, inovação, prestação de contas e responsabilização (accountability) que norteiam as ações da OGP.	<a href="https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46254">https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46254</a>

Relatório de Avaliação do 3º Plano (OGP)	O documento traz os comentários e solicitações de esclarecimentos referentes ao Relatório Final de Autoavaliação do 3º Plano de Ação Brasileiro, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP).	<a href="https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46283">https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46283</a>
4º Plano de Ação - Parceria para Governo Aberto (OGP)	O 4º Plano de Ação do Brasil é composto por 11 compromissos, assumidos pelo Brasil perante a Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP), os quais foram cocriados com o envolvimento de 88 instituições (organizações da, órgãos da Administração Pública Federal, órgãos das Administrações Públicas Estaduais e Municipais). O intuito do Plano é de fortalecer constantemente os princípios de transparência, participação cidadã, inovação, prestação de contas e responsabilização (accountability) que norteiam as ações da OGP.	<a href="https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46277">https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46277</a>
Relatório de Avaliação do 4º Plano (OGP)	O documento traz os comentários e solicitações de esclarecimentos referentes ao Relatório Final de Autoavaliação do 4º Plano de Ação Brasileiro, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP).	<a href="https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/relatorio-de-autoavaliacao-final-4plano">https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/relatorio-de-autoavaliacao-final-4plano</a>

5º Plano de Ação - Parceria para Governo Aberto (OGP)	O 5º Plano de Ação do Brasil, composto por 12 compromissos, é resultado desse comprometimento. A definição dos compromissos foi feita por meio de oficinas de cocriação realizadas em 72 encontros virtuais com o envolvimento de 141 pessoas, representantes de 79 instituições, sendo 41 organizações da sociedade civil e 38 órgãos e entidades da Administração Pública. A metodologia adaptada para o formato online foi capaz de garantir os debates entre os especialistas do governo e da sociedade, o que permitiu que atingíssemos os objetivos propostos.	<a href="https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro">https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro</a>
PEI - Planejamento Estratégico Institucional do ME	Documento que institui e divulga o planejamento estratégico do MP. o PEI é um documento que se situa no nível estratégico, determinando as políticas e estratégias que governam a organização e definindo os principais objetivos a serem alcançados.	<a href="https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/integra/estrategia-institucional">https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/integra/estrategia-institucional</a>
PETI – Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (MP)	Documento que institui o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação no âmbito do MP.	<a href="https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/237">https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/237</a>
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação (MP)	Trata-se de instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação, com vistas a orientar o atendimento de necessidades tecnológicas e de informação de um órgão, entidade ou organização em determinado período.	<a href="https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/223">https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/223</a>

Portal do Servidor - Gestão de Pessoas	Novo sistema de gestão de pessoas do MP que substituirá o atual Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE). O SIAPE é o sistema computacional que mantém as bases de dados do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) com as informações sobre os servidores públicos civis, a fim de subsidiar políticas de gestão de pessoas do governo federal. O SIPEC foi criado pelo Decreto nº 67.326/70. Integram o referido sistema o MP, que é seu órgão central, as coordenadorias-gerais de recursos humanos dos ministérios e as unidades de recursos humanos dos órgãos e das autarquias e fundações públicas.	<a href="https://www.gov.br/servidor/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-de-pessoas">https://www.gov.br/servidor/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-de-pessoas</a>
---	--	---